



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONTAURI

ATA 01/2025

Ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, no recinto do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Montauri, reuniu-se a Comissão Permanente de Orçamentos, Finanças e Contas Públicas, composta pelos vereadores Volmir César Machado, que a preside, Adilar Favaretto e João Paulo Spada, a fim de deliberar acerca do conteúdo da Indicação Legislativa nº 002/2025, protocolada e lida em sessão anterior, de autoria dos vereadores Adilar Favaretto (PSDB), Rafael Cumin (PSDB), Ledimar José Soccol (Progressistas) e Diogo Fioravanso Nardi (PL), que versa sobre a proposta de ampliação dos incentivos ao setor agropecuário e, entre outros pontos, solicita a realização de audiência pública para o aprofundamento do debate junto à comunidade rural e demais interessados. Após a abertura da reunião, foi dada ciência formal à comissão do teor da Indicação, tendo sido analisado, em especial, o pedido expresso de realização de audiência pública, previsto ao final do documento. A comissão discutiu o pleito considerando os aspectos regimentais, a pertinência do tema e o momento político-administrativo em que a proposição foi apresentada. O presidente da comissão, vereador Volmir César Machado, destacou que, embora o assunto trate de tema de grande relevância e interesse social, houve manifestação do Líder do Governo — que também integra a comissão — no sentido de que o Poder Executivo Municipal encontra-se atualmente em fase avançada de elaboração de um Projeto de Lei mais abrangente, voltado à reestruturação dos programas de incentivo agrícola no município, sendo certo que tal iniciativa incluirá, em seus fundamentos e dispositivos, grande parte dos tópicos apontados na referida Indicação. Ainda segundo relatado, esse novo projeto institucional do Executivo já prevê, em sua tramitação, a realização de uma audiência pública ampla, a ser promovida diretamente pela Administração Municipal com a participação das secretarias competentes, vereadores, entidades representativas e comunidade em geral, garantindo assim o debate público proposto, ainda que por outra via. Diante desse cenário, os membros da comissão deliberaram de forma unânime e conjunta que, neste momento, não se revela necessário promover audiência pública de forma isolada apenas com base na Indicação Legislativa nº 002/2025, especialmente diante da iminência de encaminhamento à Casa Legislativa de matéria que tratará de modo mais abrangente da temática. A comissão considera que eventual audiência pública será mais proveitosa e produtiva se realizada durante a tramitação do projeto do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONTAURI

Executivo, pois permitirá análise de proposta legislativa concreta, com participação institucionalizada dos setores envolvidos. Diante disso, a comissão deliberou por não acatar o pedido de audiência pública constante na Indicação Legislativa nº 002/2025, entendendo ser mais prudente aguardar o envio do referido projeto pelo Poder Executivo, sem prejuízo de nova deliberação futura sobre audiência durante o processo legislativo. Por fim, a comissão requer, nos termos regimentais, o encaminhamento da Indicação ao Poder Executivo Municipal, para conhecimento e eventuais providências, considerando que a sugestão legislativa mantém sua relevância como instrumento legítimo de provocação e estímulo à formulação de políticas públicas. Encerrada a reunião, lavra-se a presente ata para os devidos fins de publicidade, registro e controle institucional.

Volmir César Machado

João Paulo Spada

Adilar Favaretto